



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>Processo nº</b>	16007.000002/2006-72
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3401-008.638 – 3ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	15 de dezembro de 2020
<b>Recorrente</b>	HOKEN INTERNATIONAL COMPANY LTDA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/07/2005 a 30/09/2005

**CONCOMITÂNCIA. SÚMULA CARF Nº 01.**

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Lázaro Antônio Souza Soares – Presidente em exercício

(documento assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Seixas Pantarolli - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Carlos Henrique de Seixas Pantarolli, Oswaldo Gonçalves de Castro Neto, Lázaro Antonio Souza Soares, Fernanda Vieira Kotzias, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco, João Paulo Mendes Neto, Ronaldo Souza Dias e Marcos Roberto da Silva (Suplente convocado).

### **Relatório**

Por bem retratar os fatos e por medida de celeridade e eficiência processual, adoto parcialmente o relatório constante do Acórdão recorrido:

*Versa o presente acerca do PER/Dcomp n. 41823.13801.211205.1.7.015869 (fls. 05/62), através do qual a interessada indica crédito a título de ressarcimento de IPI, relativo ao 3º trimestre de 2005, para fins de compensação com a pretensão fazendária materializada por intermédio do*

*auto de infração de fls. 116/167, no montante de R\$ 88.659,35. Este corresponde a 50% do valor objeto de lançamento, deduzido da importância já recolhida, de R\$ 8.538,80 (fl. 170).*

*Por meio do Despacho Decisório DRF/SRJ/SP n. 002/2010 (fls. 191/196), restou reconhecido em parte o direito creditório, e, em consequência, parcialmente homologada a declaração de compensação respectiva. Tal se deu em vista da reconstituição da escrita fiscal levada a efeito por ocasião das verificações relativas ao PER/Dcomp n. 34490.49776.150705.1.30.015913, quando apurada a ausência de destaque de IPI em diversas operações de saída do estabelecimento, acarretando a glosa de parcela do montante requerido no âmbito do presente processo, de R\$ 88.659,35, o qual passou ao valor de R\$ 70.966,67.*

*Inconformada, em 05 de abril de 2010, apresenta a interessada manifestação de inconformidade (fls. 247/251), onde, em síntese, volta-se contra os termos em que calcada aludida reconstituição da escrita fiscal.*

*Assevera que o produto nominado “refil elemento filtrante” seria tributado à alíquota zero, tanto na entrada, quanto na saída. É que não poderia ser considerado simplesmente parte do produto final, qual seja, aparelho para filtrar ou depurar água. Seria a essência do produto, na medida em que capazes de, sem necessidade ou ajuda de qualquer outro componente, exercer a função de filtração ou depuração. Seria o próprio filtro de água. Os demais componentes serviram apenas ao acabamento do produto.*

*Aduz que, uma vez comprovado que o refil ou elemento filtrante exerceria a função principal de filtração da água, caracterizando-se como o próprio filtro, não haveria como subsistir o auto de infração ensejante da redução do direito creditório, tendo em vista que a finalidade seria princípio basilar da classificação fiscal no âmbito da TIPI.*

*Sustenta que ação fiscal empreendida na mesma empresa em passado recente teria reconhecido a regularidade da classificação fiscal do produto em apreço. A mudança de entendimento, além de acarretar enorme insegurança jurídica, traria inquietude ao setor.*

*Ao final, requer seja acolhida a manifestação de inconformidade e julgado insubstancial o despacho decisório censurado.*

A **decisão de primeira instância** foi unânime pela improcedência da Manifestação de Inconformidade, conforme a ementa a seguir reproduzida:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS IPI**  
*Período de apuração: 01/07/2005 a 30/09/2005*

**IPI. ESCRITA FISCAL. RECONSTITUIÇÃO. DIREITO CREDITÓRIO. INEXISTÊNCIA.**

*Remanescendo intacta a reconstituição da escrita fiscal levada a efeito por ocasião de lançamento fiscal anterior, não se vislumbra razão para que seja reformado Despacho Decisório que deixa de reconhecer direito creditório com base no mesmo fundamento.*

Cientificada do acórdão de piso, a empresa interpôs **Recurso Voluntário** em que sustenta: a) que comercializa produtos denominados “elementos filtrantes”, também

denominados "refis" ou "kits de reposição"; b) que juntou o Parecer Técnico 000.754/2013 do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), o qual deixa evidente que elementos filtrantes são artefatos destinados à filtração e depuração da água, para viabilizar o consumo humano, e que os demais componentes que integram o produto acabado não possuem qualquer relevância para o fim específico de filtragem e depuração; c) que os elementos filtrantes reúnem todas as condições para que possam ser considerados aparelhos de filtrar e depurar água, pois possuem todas as características essenciais deste tipo de aparelho; d) que o termo aparelho engloba os elementos filtrantes, sendo as partes dos aparelhos todas aquelas que não possuem a função própria do aparelho; e) a força probatória do laudo técnico, em obediência à verdade material; f) que a regra geral 2.a para interpretação do Sistema Harmonizado deixa fora de dúvida que os elementos filtrantes devem ser classificados na posição que trata do aparelho acabado (8421.21.00); g) que os elementos filtrantes não podem ser entendidos como partes, mas como aparelhos ainda incompletos, justamente porque exercem a mesma função do aparelho completo; h) que a análise das normas da NESH permite concluir que todos os artefatos que possuam condições físicas e químicas para filtrar e depurar água são classificáveis como aparelhos de filtrar e depurar, existindo exigência de que estejam completos e acabados, basta que cumpram a função essencial de filtragem; i) a essencialidade do produto, razão porque o legislador lhe atribuiu alíquota zero.

Encaminhado ao CARF, o presente foi distribuído, por sorteio, à minha relatoria.  
É o relatório.

## Voto

Conselheiro Carlos Henrique de Seixas Pantarolli, Relator.

Em juízo de admissibilidade, verifico que o presente Recurso Voluntário é tempestivo e que a representação processual é regular, razão porque dele tomo conhecimento.

O presente processo versa sobre compensação não homologada por inexisteência de saldo credor após reconstituição da escrita fiscal promovida de ofício pela fiscalização, que constatou a existência de diversas saídas sem a devida tributação pelo IPI.

A controvérsia trazida a julgamento pela Recorrente está cingida à classificação fiscal de produtos denominados "elementos filtrantes", assim chamados os "refis" para aparelhos de filtrar e depurar água. Segundo o entendimento da fiscalização, confirmado em primeira instância, tais produtos constituiriam apenas partes destes aparelhos e não o aparelho de filtrar em si, o que faria incidir sobre eles IPI à alíquota de 8%, ao contrário da alíquota zero incidente sobre os aparelhos completos.

Sucede que a presente controvérsia já foi objeto de decisão definitiva em âmbito administrativo, por ocasião do julgamento do Auto de Infração nº 810700/01279/09, formalizado no processo administrativo nº 16004.000054/2010-55, que versa sobre o procedimento fiscal conduzido na Recorrente a fim de apurar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias relativas ao IPI no ano de 2005, o qual culminou com a reescrita fiscal da qual decorreu a inexisteência do crédito aqui pleiteado. Naquela ocasião, este Colegiado proferiu o

Acórdão de Recurso Voluntário nº 3401-004.402, de relatoria do Conselheiro Leonardo Ogassawara De Araújo Branco, assim ementado:

**ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS**

*Período de apuração: 31/01/2005 a 31/03/2005*

**CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS. ELEMENTOS FILTRANTES, REFIS OU KITS DE REPOSIÇÃO.**

*Classificam-se sob o código 8421.99 os elementos filtrantes destinados a aparelhos de filtragem de água no âmbito dos quais tal processo se dá através de estágios mecânicos (polipropileno) e químicos (carvão ativado).*

Sucede ainda que, em consulta ao processo administrativo nº 16004.000054/2010-55, pode-se verificar que a Recorrente ingressou com a ação declaratória nº 5002299-25.2018.4.03.6106 perante a 1<sup>a</sup> Vara Federal de São José do Rio Preto, cujo objeto guarda identidade com o deste processo administrativo. Em consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região, constata-se que a Recorrente obteve sentença favorável em primeira instância, nos seguintes termos:

*POSTO ISSO, julgo procedente o pedido formulado pela autora, HOKEN INTERNATIONAL COMPANY LTDA, para anular o Auto de Infração nº 0810700/01279/09, relativo ao Processo Administrativo Fiscal nº 16004.000054/2010-55 e, por conseguinte, declarar inexigível a multa aplicada e o direito de apurar o Imposto Sobre Produtos Industrializados-IPI sobre “elementos filtrantes” e “dispositivos filtrantes” de acordo com a classificação na posição 8421.21.00 da tabela TIPI (aparelhos para filtrar ou depurar água).*

O provimento judicial ainda não é definitivo. Na presente data, os autos se encontram conclusos ao desembargador federal relator, aguardando o julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes.

Considerando que os fundamentos de fato e de direito da autuação são os mesmos que embasaram a decisão denegatória do pedido de resarcimento, ambos derivados da mesma ação fiscal, a propositura de ação judicial para discuti-los implica renúncia à instância administrativa, a teor da Súmula CARF nº 01:

*Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).*

Havendo concomitância entre as instâncias administrativa e judicial, ao tramitarem simultaneamente em ambas processos que versam sobre idêntico objeto, a cognição sobre a matéria deverá competir unicamente ao Poder Judiciário, afastando-se a possibilidade deste órgão administrativo se pronunciar sobre o tema. Não havendo matérias estranhas àquelas

constantes do processo judicial passíveis de serem apreciadas pelo CARF, não se deve conhecer do presente recurso administrativo.

Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER o Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Seixas Pantarolli